



Processo de Parecer n.º 9/PP/2017-G

Relator: Dr. Pedro Costa Azevedo

I. Por comunicação escrita dirigida ao Bastonário da Ordem dos Advogados, o Sr. Dr.(...), advogado da comarca (...), solicitou parecer acerca da possibilidade de um advogado constituído em determinado processo poder, após renúncia ao mandato que lhe foi conferido, depor nesse processo como testemunha.

II. Esclarece que, por procuração datada de (...), a Ré (...) conferiu mandato forense, para o patrocínio da acção cujo processo se encontra a correr termos no Juízo (...), aos “Ex.mos Senhores Drs. (...), (...), (...) e (...), Advogados da Sociedade (...), todos com escritório na (...)”.

Em 05.02.2016, a Ré veio aditar ao seu rol de testemunhas o Dr. (...), sem a identificar nos termos do artigo 498.º, n.º 1, do CPC.

No final da audiência de (...), foi pedido à Ré que identificasse tal testemunha, tendo esta se comprometido a fazê-lo. Nesse seguimento, 7 dias antes do reinício da audiência de discussão e julgamento, a Ré juntou aos autos requerimento informando que a testemunha indicada era o mandatário constituído nos autos, Advogado (...), cédula profissional (...), e juntando renúncia deste Advogado ao mandato, para que pudesse depor como testemunha.

O Advogado (...) apresentou-se para depor em audiência de julgamento sobre factos de que tinha tido conhecimento antes do mandato e, apesar da impugnação apresentada pelos Autores nos termos do artigo 514.º do CPC, foi ouvido na qualidade de testemunha.

O Advogado (...) é sócio da Sociedade (...) desde (...), da qual são também membros os restantes mandatários constituídos naquele processo.

Os restantes Advogados constituídos (da mesma Sociedade) mantiveram o patrocínio e o visado renunciou ao mandato, com o objectivo confesso de depor como testemunha.

III. Face ao acima exposto, formula as seguintes questões:



a) O Advogado constituído como mandatário num processo judicial ou integrando uma Sociedade de Advogados em que os outros membros o estejam, mesmo após a renúncia (ad hoc) ao mandato, é inábil para depor, por se preencherem as intencionalidades normativas do artigo 496.º do CPC?

b) Tendo um Tribunal admitido o depoimento como testemunha do Advogado que se encontre nas condições descritas acima em a), está aquele impedido de valorar o depoimento assim prestado?

IV. Conforme decorre da primeira questão colocada e do próprio caso concreto relatado, a abordagem é solicitada no âmbito das regras do processo civil, pelo que o presente parecer apenas versará sobre essa perspectiva, ou seja, a possibilidade de, dentro das regras do processo civil, o advogado constituído em determinado processo poder depor como testemunha nesse mesmo processo.

V. Relativamente à prova testemunhal e às inabilidades para depor, nos termos do art. 495.º, nº 1, do CPC, *“têm capacidade para depor como testemunhas todos aqueles que, não estando interditos por anomalia psíquica, tiverem aptidão física e mental para depor sobre os factos que constituam objeto da prova.”*. Esta norma prevê que qualquer pessoa que seja considerada no pleno uso dos seus direitos e que esteja física e mentalmente apta para o efeito pode prestar depoimento como testemunha.

É uma norma que estabelece a capacidade natural de cada um para depor, prevendo de antemão que qualquer pessoa interdita por anomalia psíquica não o poderá fazer. Trata-se de uma incapacidade automática, que não depende de qualquer valoração ou juízo do juiz da causa.

Além disso, dispõe também que, mesmo não estando interdita, nos termos atrás descritos, a pessoa que demonstre não estar física ou mentalmente apta para esse efeito, designadamente, por não conseguir ou não poder comunicar ou por não ter capacidade para apreender os factos alegadamente presenciados, não terá igualmente capacidade para depor, não podendo ser admitido o seu depoimento. Neste caso, nos termos do nº 2, já caberá ao juiz verificar se a



pessoa em causa reúne as condições necessárias para depor, atribuindo a lei, neste aspecto, um poder com algum grau de discricionariedade¹.

VI. Por outro lado, dispõe o art. 496.º, sob a epígrafe “*Impedimentos*”, que “*estão impedidos de depor como testemunhas os que na causa possam depor como partes*”. Neste caso, já se trata de uma inabilidade formal². Ou seja, a pessoa em causa reúne a capacidade natural para depor como testemunha, mas por razões de ordem formal ou processual, é parte na causa, pelo que não o poderá fazer. A este respeito, há que referir que obviamente interessará a qualidade de parte no momento do depoimento, o que tem como consequência que os chamados à acção ou habilitados posteriormente à petição não poderão depor como testemunhas. Nesse caso, a sua intervenção apenas poderá circunscrever-se ao depoimento de parte (art. 452.º do CPC) ou às declarações de parte (art. 466.º do CPC). Da mesma forma, alguém que tenha sido julgado anteriormente parte ilegítima ou absolvido da instância ou do pedido, tendo deixado de ser parte no processo, já poderá prestar depoimento como testemunha.

VII. Por fim, ainda na mesma secção, dispõe o art. 497.º do CPC, sob a epígrafe “*recusa legítima a depor*”:

“1 - Podem recusar-se a depor como testemunhas, salvo nas ações que tenham como objeto verificar o nascimento ou o óbito dos filhos:

a) Os ascendentes nas causas dos descendentes e os adotantes nas dos adotados, e vice-versa;

¹ “Têm capacidade para depor como testemunhas todos aqueles que, não estando interditos por anomalia psíquica, tiverem aptidão física e mental para depor sobre os factos que constituem o objecto da prova (616.º, nº 1 [actual 495.º, nº 1]). Portanto, os interditos por anomalia psíquica (cfr. art. 138.º, nº 1, CC) nunca possuem capacidade para depor, mas os interditos por outra causa (ou seja, por surdez ou cegueira, art. 138.º, nº 1, CC) e os outros incapazes (isto é, os menores e os inabilitados) não estão impossibilitados de depor, desde que para tal possuam a necessária aptidão física e mental (art. 616.º, nº 1 [actual 495.º, nº 1]). Assim, por exemplo um invisual não pode depor sobre um facto cujo conhecimento dependa da visão, mas não está incapacitado de depor sobre um facto cuja percepção exija a audição. Incumbe ao juiz verificar a capacidade natural da pessoa arrolada como testemunha para depor sobre o facto (art. 616.º, nº 2, [actual 495.º, nº 2])” – TEIXEIRA DE SOUSA, Miguel, Estudos sobre o Novo Processo Civil, pág. 332, Lex, Lisboa, 1997.

² “Nada obsta, pois, a que possa depor como testemunha qualquer familiar de alguma das partes, sem prejuízo do direito de, nos casos previstos no art. 618.º [actual 497.º], a este ser lícito invocar o direito de recusa à prestação do depoimento – e devendo, naturalmente, o tribunal, ao avaliar a credibilidade dele, ter em conta a proximidade das relações familiares (e a possível parcialidade do depoente)”. – LOPES DO REGO, Carlos Francisco Oliveira, Comentários ao Código do Processo Civil, pág. 513, Almedina, Coimbra, 2004.



- b) O sogro ou a sogra nas causas do genro ou da nora, e vice-versa;*
- c) Qualquer dos cônjuges, ou ex-cônjuges, nas causas em que seja parte o outro cônjuge ou ex-cônjuge;*
- d) Quem conviver, ou tiver convivido, em união de facto em condições análogas às dos cônjuges com alguma das partes na causa.*

2 - Incumbe ao juiz advertir as pessoas referidas no número anterior da faculdade que lhes assiste de se recusarem a depor.

3 - Devem escusar-se a depor os que estejam adstritos ao segredo profissional, ao segredo de funcionários públicos e ao segredo de Estado, relativamente aos factos abrangidos pelo sigilo, aplicando-se neste caso o disposto no n.º 4 do artigo 417.º.”

No n.º 1 prevêem-se os casos em que determinadas pessoas podem recusar-se a depor como testemunhas por manterem relações especiais com alguma das partes. Entendeu o legislador que, atendendo aos especiais deveres que recaem sobre a testemunha, no sentido de dizer a verdade e o que realmente sucedeu no que respeita aos factos em discussão, pessoas com especiais relações com as partes, como familiares ou afins muito próximos, podem rejeitar depor, certamente para acautelar problemas futuros que um eventual depoimento “negativo” para a parte especialmente relacionada poderia levar para o seio familiar. Além de poder fomentar depoimentos enganosos e fraudulentos, era uma situação particularmente cruel, justificando-se assim, nestas situações particulares, a derrogação do princípio da descoberta da verdade material ou, numa aceção mais civilística, da justa composição do litígio.

No n.º 3, o legislador impõe a obrigação de recusa de depoimento como testemunha daquelas pessoas que, atendendo às funções que desempenham, estejam adstritas ao dever de guardar segredo profissional sobre a factualidade acerca da qual devem depor. São os casos dos advogados³, ministros de religião ou confissão religiosa, médicos, jornalistas, membros de instituições de crédito, entre outros. Atente-se que, neste caso, ao contrário do que acontece no n.º 1, o

³ O dever de segredo profissional dos advogados encontra-se previsto no art. 92.º do EOA. A obrigação de segredo profissional por parte do advogado não está limitada no tempo (art. 2.3.3 do CD do CCBE), mantendo-se quer o advogado mantenha ou não relações com o cliente e quer estas tenham cessado amigavelmente ou em conflito. Aliás, essa obrigação mantém-se ainda que o advogado deixe de o ser, cancelando a inscrição na Ordem dos Advogados.



legislador já não deixa ao critério da pessoa em causa decidir se quer ou não depor como testemunha. Antes lhe impõe expressamente a obrigação de se recusar a depor.

As pessoas abrangidas por esta disposição, após a legítima recusa, apenas poderão depor mediante a quebra do dever de segredo profissional a que estão vinculados, seguindo-se o procedimento previsto no art. 137.º do C.P. Penal, por remissão do art. 417.º, nº 4, do CPC.

No caso dos advogados, além desta possibilidade, existe ainda o procedimento previsto no art. 92.º, nº 4, do EOA, que consiste no pedido de dispensa de segredo profissional deduzido pelo advogado que pretende depor como testemunha, junto do presidente do Conselho Regional respectivo. Esse pedido, caracterizado pelo facto de ser deduzido voluntariamente pelo advogado, sem necessidade de intervenção de uma terceira entidade, deve ser formulado logo que o advogado tenha consciência de que os factos sobre os quais irá depor estão abrangidos pelo segredo profissional. Apenas no caso de o presidente do Conselho Regional o dispensar do dever é que o advogado poderá depor.

Vemos, portanto, que esta norma, também aplicável aos advogados, restringe a sua capacidade de prestar depoimento como testemunha nos casos em que possa estar em causa a violação do segredo profissional.

Acontece que, no caso em análise, o consulente não levanta a questão dos factos sobre os quais o depoimento incide estarem abrangidos pelo segredo profissional. Pelo contrário, a ideia que passa é que é pacífico que esses factos não estão abrangidos pelo segredo profissional do advogado, centrando-se a questão colocada na possibilidade de um advogado anteriormente constituído no processo poder prestar depoimento como testemunha, estando os factos sobre os quais deve depor abrangidos ou não pelo dever de guardar segredo.

VIII. Resulta do exposto que, retirando o caso específico do depoimento sobre factos abrangidos pelo segredo profissional do advogado, não resulta expressamente da lei qualquer inabilidade de o advogado constituído no processo poder depor como testemunha. Vejamos o EOA.

Nos termos do disposto no art. 99.º, nº 1, do EOA, *“o advogado deve recusar o patrocínio de uma questão em que já tenha intervindo em qualquer*



outra qualidade ou seja conexa com outra em que represente, ou tenha representado a parte contrária". Esta norma, pese embora não o fazer expressamente, regula os casos em que, por exemplo, o advogado depôs como testemunha em determinado processo ou interveio como magistrado e, posteriormente, pretende assumir o patrocínio de uma das partes ou de um dos sujeitos processuais. O legislador foi claro: tal não é possível.

E entende-se que assim seja. Os deveres e obrigações do mandato, nomeadamente, a obrigação de defender os interesses legítimos do cliente, não são compatíveis com a imparcialidade e a neutralidade que as funções de perito, testemunha, intérprete ou magistrado exigem. Assim, não seria visto com bons olhos pela comunidade nem contribuiria para o prestígio da justiça que alguém que tivesse intervindo, numa primeira fase, nessa qualidade, viesse posteriormente a assumir a defesa dos interesses de apenas uma das partes⁴.

Porém, na questão colocada, passa-se o oposto. Primeiro ocorreu a constituição no processo como advogado e apenas posteriormente se pretendeu o seu depoimento como testemunha. É notório que não cabe na previsão da norma citada, não existindo no EOA, para mal da brevidade e simplicidade do presente parecer, outra norma que possa regular directamente a situação em apreço.

IX. Nem no CPC, nem no EOA, com excepção dos casos em que possa estar em causa o segredo profissional, vem regulado directamente o caso de o advogado constituído que, posteriormente, e após renúncia ao mandato, pretende depor como testemunha ou lhe é ordenado que o faça.

Atente-se que, já fora da secção das inabilidades para depor como testemunha, dispõe o art. 499.º do CPC que *"o juiz da causa que seja indicado como testemunha deve declarar sob juramento no processo, logo que este lhe seja concluso ou lhe vá com vista, se tem conhecimento de factos que possam*

⁴ "É o interesse público da profissão e a independência do Advogado, mesmo em relação ao cliente, que explicam este dever para com o cliente, beneficiário principal da sua observância, pois correr-se-ia o risco de os seus interesses bem como o interesse público da profissão e a independência do advogado não ficarem salvaguardados se alguém que foi testemunha, perito, intérprete ou exerceu funções de magistrado ou de funcionário numa causa ou em qualquer assunto não devesse recusar mandato, nomeação oficiosa ou prestação de serviços próprios da profissão de Advogado. Quem já interveio em qualquer outra qualidade não pode intervir como participante na administração da justiça." - GUEDES DA COSTA, Orlando, "Direito Profissional do Advogado", pág. 261, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2006.



influir na decisão: no caso afirmativo, é declarado impedido, não podendo a parte prescindir do seu depoimento; no caso negativo, a indicação fica sem efeito". Será de aplicar analogicamente esta norma ao advogado? Pensamos que não.

Caso tal sucedesse, estava encontrado o meio para a parte contrária afastar do patrocínio da outra parte advogado que não lhe interessasse ter como defensor do adversário. Uma vez que o advogado de uma das partes em determinada causa acaba sempre por ter conhecimento de factos relativos ao assunto em discussão (abrangidos ou não pelo sigilo profissional), dificilmente poderia, em bom rigor, afirmar que não tinha conhecimento de nenhum facto, pelo que teria que invariavelmente de renunciar ao mandato que lhe tinha sido conferido.

De todo o modo, tem sido doutrina unânime da Ordem dos Advogados e jurisprudência também unânime dos nossos tribunais, ao que julgamos saber, o entendimento de que o advogado constituído não pode intervir como testemunha no mesmo processo⁵⁶. Utiliza-se o mesmo argumento que já foi utilizado na explanação da teleologia da primeira parte da norma do art. 99º, nº 1, do EOA.

⁵ "Deverá deixar-se bem claro que é inaceitável autorizar a depor um Advogado para prestar depoimento em processo no qual esteja constituído.

É que, embora não haja disposição expressa que o proíba, afigura-se-nos que isso seria a completa subversão do próprio sistema processual, em que o Advogado, entre nós, se não pode nunca confundir com simultânea testemunha. E seria outrossim altamente desprestigiante para a Advocacia.

Quer isso, pois, dizer que ao Advogado incumbe ponderar e prever, antes de propor a acção, as principais condicionantes do seu decurso. Se o seu depoimento veio a tornar-se necessário, muito mal estruturou o seu trabalho e não pode já emendar a mão. A absoluta necessidade não pode resultar, nesse caso, do modo como foi proposta a acção e antes deve ser aferida objectivamente." – LOPES CARDOSO, Augusto, *Do Segredo Profissional da Advocacia*, pag. 79, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Advogados, Viseu, 1998.

⁶ "Ora, se a lei prevê uma incompatibilidade de estatutos processuais relativamente a entidades que apenas intervêm na fase de instrução e enquanto meros meios de prova, esse impedimento é mais candente quando se trata da assunção simultânea da qualidade de testemunha com a do profissional forense que conduz a lide em representação de uma das partes.

Não se diga que esta incompatibilidade de estatutos tem solução, bastando para tanto que logo que o advogado de uma parte seja indicado como testemunha, cessa a sua intervenção como advogado. De facto, se assim fosse, estaria achada a forma expedita de afastar quem se quisesse do patrocínio da parte contrária, assim interferindo no direito de livre escolha que cada parte tem do Advogado que a patrocina.

A aplicação analógica do artigo 499º do Código de Processo Civil também não nos parece possível, pois o estatuto do julgador não tem, na nossa perspetiva, analogia com o estatuto de mandatário de uma das partes. De facto, o julgador tem um estatuto de independência e imparcialidade que o mandatário da parte não tem, o que, a nosso ver, obsta à referida aplicação analógica." – Acórdão da Relação do Porto, de 30.01.2017, disponível em www.dgsi.pt.



São situações incompatíveis, que apenas serviriam para trazer confusão à justiça e criar, pelo menos, uma aparente promiscuidade entre mundos que devem ser separados: de um lado os que administram a justiça, onde se inserem os juízes e os advogados. Do outro lado os que auxiliam a justiça, onde se inserem as testemunhas e os peritos, entre outros.

Seria muito perturbador que, na fundamentação de uma decisão, estivesse como argumento o depoimento de uma testemunha que também é advogado de uma das partes. Se o depoimento tivesse ajudado na prova da tese defendida pela parte mandante do advogado e testemunha, a opinião generalizada seria a de que o juiz da causa se tinha deixado influenciar pelo advogado de uma das partes, no interesse desta. Se o depoimento tivesse resultado prejudicial à parte mandante do advogado e testemunha, esta parte, mesmo sem razões para tal, duvidaria eternamente da seriedade do seu advogado e da capacidade deste, ferindo de morte a confiança daquele cidadão numa advocacia esclarecida, íntegra e independente, essencial num verdadeiro Estado de Direito.

Conforme já vimos, é inábil para depor como testemunha aquele que possa depor como parte (art. 497.º do CPC). Ora, o advogado representa a parte, sendo que, não raras vezes, pode ter poderes especiais confessórios, para desistir ou para transigir (art. 45.º, nº 2, do CPC). Assim, mal se compreenderia que, representando uma das partes, pudesse depor como testemunha. Ainda mais se estivesse investido dos poderes especiais referidos.

Por outro lado, da conjugação do art. 470.º, nº 1, com o art. 115.º, nº 1, al. h), do CPC, resulta o impedimento de ser perito quem tenha deposto ou vá depor como testemunha. Rejeita-se a ideia de confusão entre os intervenientes processuais, procurando-se delimitar nitidamente os campos de actuação de cada um.

Além disso, dispõe o art. 459.º do CPC, por remissão do art. 513.º, nº 1:

“1 - Antes de começar o depoimento, o tribunal faz sentir ao depoente a importância moral do juramento que vai prestar e o dever de ser fiel à verdade, advertindo-o ainda das sanções aplicáveis às falsas declarações.

2 - Em seguida, o tribunal exige que o depoente preste o seguinte juramento: «Juro pela minha honra que hei-de dizer toda a verdade e só a verdade.»

3 - A recusa a prestar o juramento equivale à recusa a depor.”



Esta norma inculca a ideia de que a testemunha tem um especial dever de depor com verdade, expondo com total exactidão os factos que presenciou e percepcionou, independentemente de poderem ser desfavoráveis a uma das partes em litígio. Apenas assim poderá ajudar na justa composição do litígio.

Ora, conforme já exposto, um dos deveres primordiais do advogado é, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e deontológicas, *“agir de forma a defender os interesses legítimos do cliente”* (art. 97.º, nº 1, do EOA). Acresce que um dos princípios gerais da actuação do advogado é a integridade, inserindo-se nesta a lealdade e, nesta, necessariamente, a lealdade específica para com o cliente (art. 88.º, nº 1, do EOA). Resulta assim clara uma tensão entre estas duas normas que colocava o advogado que fosse chamado a depor como testemunha numa posição difícil, dividido entre a obrigação de falar a verdade e a possibilidade de, eventualmente, com essa verdade prejudicar irremediavelmente os interesses do seu cliente, ainda que de forma involuntária. A realidade nem sempre é branca ou preta, sendo muitas vezes difusa, dela resultando interpretações distintas, mas igualmente legítimas.

Acresce que o advogado, por causa da sua formação e conhecimento do processo e do que está verdadeiramente em causa, nunca seria uma testemunha verdadeiramente desinteressada e equidistante. Ainda que inconscientemente, poderia ser sempre constrangido a narrar os factos de modo enviesado ou mais benéfico para uma das partes.

Por último, no art. 109.º do EOA, estabelece-se que *“é vedado ao advogado, por si ou por interposta pessoa, estabelecer contactos com testemunhas ou demais intervenientes processuais com a finalidade de instruir, influenciar ou, por qualquer outro meio, alterar o depoimento das mesmas, prejudicando, desta forma, a descoberta da verdade”*. Impôs o legislador especiais deveres aos advogados no contacto com as testemunhas, procurando arrefecer eventuais tentações dos mandatários de viciarem “as regras do jogo”.

Existindo este especial dever e este especial cuidado, mal se compreenderia que, depois, na mesma pessoa, se pudesse reunir a qualidade de advogado e testemunha.



X. É certo que, na questão em análise, o advogado em causa renunciou à procuração, antes do depoimento como testemunha. Será essa circunstância suficiente para que o entendimento seja diferente? Julgamos que não, apenas com a particularidade que, a final, se exporá.

Muitos dos deveres do advogado para com o seu cliente mantêm-se, mesmo após a cessação do mandato, como é o caso do dever de guardar segredo profissional (ver nota 3), ou o dever de não representar a parte contrária à do seu anterior cliente no mesmo assunto em ou em assunto com este conexo (v. art. 99.º, nº 1, do EOA). Ou seja, o advogado, mesmo após a cessação do mandato, continua a manter alguma ligação com o cliente, que será necessariamente mais forte no tempo que imediatamente se segue à cessação⁷.

A doutrina também tem sido consensual nessa matéria⁸⁹. Aliás, a maioria da fundamentação utilizada para impedir o advogado constituído de depor como testemunha, atrás exposta, mantêm-se ou encaixa no advogado que renunciou ao mandato ou substabeleceu sem reserva. Continuava a ser muito perturbador que o depoimento desse advogado, conotado com uma das partes, acabasse a fundamentar a decisão final do processo. De igual modo, continuaria a existir um grande constrangimento em que o ex-advogado fosse uma testemunha verdadeiramente desinteressada e equidistante. Da mesma forma, o ex-advogado mantém o especial dever de relacionamento com as testemunhas, pelo que continua a ser contraditório com este especial dever reunir essas qualidades na mesma pessoa.

⁷ Recorde-se que mesmo a cessação do mandato por parte do advogado está longe de ser inteiramente livre. Além do disposto no art. 1172.º do C. Civil, dispõe o art. 100.º, nº 1, al. e) e nº 2, do EOA que o advogado não pode “cessar, sem motivo justificado, o patrocínio das questões que lhe estão cometidas” e que “ainda que exista motivo justificado para a cessação do patrocínio, o advogado não deve fazê-lo por forma a impossibilitar o cliente de obter, em tempo útil, a assistência de outro advogado”.

⁸ “(...) quem interveio como Advogado ou patrono ou defensor oficioso não pode intervir como testemunha ou perito. Trata-se sempre de qualidades incompatíveis numa mesma questão” – GUEDES DA COSTA, Orlando, “Direito Profissional do Advogado”, pág. 261, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2006.

⁹ “Referimo-nos a que não será lícito obter dispensa para depor ao Advogado que, tendo iniciado o processo com procuração aí junta, trata de substabelecer depois sem reserva para esse efeito. Seria incompreensível a todas as luzes que ele pudesse despir a toga, sair formalmente do processo e passar a sentar-se no banco das testemunhas em vez de na bancada prestigiada que em antes ocupara.

Igual solução merece o caso de a pretensão de depor incidir apenas em apenso da acção principal, ainda que iniciado só depois do substabelecimento (em providência cautelar, embargos, incidente da instância, etc.).” – LOPES CARDOSO, Augusto, Do Segredo Profissional da Advocacia, pag. 79, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Advogados, Viseu, 1998.



No entanto, no caso do advogado que renunciou à procuração, parece-nos que outra questão se poderá levantar. Basta a mera constituição como advogado, ou seja, apenas se exige que o advogado tivesse constado de procuração ou exige-se que, além de constar da procuração, tenha intervindo na causa? Pensamos que a melhor doutrina deverá exigir o preenchimento de ambos os pressupostos: constar da procuração outorgada e ter intervindo na questão.

Na verdade, dispõe o art. 262.º, nº 1, do C. Civil que “*diz-se procuração o acto pelo qual alguém atribui a outrem, voluntariamente, poderes representativos*”. Ou seja, a procuração apenas exige a intervenção directa do constituinte, não sendo necessário que dela conste qualquer declaração negocial ou manifestação de vontade por parte do eventual procurador¹⁰.

O EOA não contém qualquer disposição acerca da procuração forense que contrarie o disposto na norma do C. Civil.

Aliás, basta atentarmos na esmagadora maioria das procurações forenses juntas aos processos judiciais para verificarmos que delas apenas consta a assinatura do constituinte, limitando-se depois a mencionar o nome dos procuradores.

Acontece que pode suceder que o advogado nem sequer saiba que o seu nome consta da procuração forense que foi junta a determinado processo. Na realidade, no caso das procurações conjuntas, nem sequer necessita de ter qualquer intervenção na sua emissão e posterior junção, bastando que um seu colega cujo nome também conste da procuração o faça.

Ora, seria perigoso, podendo até dar origem a actuações dolosas e mal-intencionadas¹¹, que a mera menção do advogado na procuração, na qual até nem teve qualquer intervenção, o impedisse de prestar depoimento como testemunha. Deve assim entender-se que o advogado que renunciou à procuração e pretenda depor como testemunha, apenas estará impedido para tal caso tenha tido

¹⁰ “O nº 1 deste artigo 262.º define a procuração, que é um acto essencialmente distinto do mandato. Enquanto o mandato, integrado na categoria dos contratos (art. 1157.º), é um negócio jurídico bilateral, a procuração constitui um acto unilateral (Ferrer Correia, A procuração na teoria da representação voluntária, in Estudos Jurídicos, II, 1969, nº 11). - PIRES DE LIMA, Fernando Andrade, e ANTUNES VARELA, João de Matos, *Código Civil Anotado*, vol. I, pág. 2444, Coimbra Editora, Coimbra, 1987.

¹¹ Seria o caso de, por exemplo, alguém que, perante o possível o depoimento de uma testemunha que lhe era desfavorável e que também era advogado, incluir o nome desse advogado na procuração onde outorgava poderes a outro colega, unicamente para impedir esse depoimento.



intervenção como advogado na questão que é objecto do processo, em consonância com a redação da norma do art. 99.º, nº 1, do EOA.

XI. Pretende também o consulente saber se o Advogado que integra uma Sociedade de Advogados em que outros membros estejam constituídos como advogados é inábil para depor como testemunha. Neste caso, a resposta terá que ser necessariamente diferente.

Com efeito, o advogado, sócio ou associado, formalmente ou de facto, de advogado constituído em determinado processo não intervém directamente no mesmo, em nenhuma fase, enquanto tal. Para todos os efeitos, e enquanto advogado, será sempre uma figura externa e estranha ao processo.

Assim, não cremos que se verifique qualquer impedimento ou inabilidade a que deponha como testemunha, desde que, obviamente, os factos sobre as quais vai depor não estejam abrangidos pelo segredo profissional do advogado.

É certo que o nº 6 do art. 99.º do EOA manda aplicar o disposto nos nºs. 1 a 5 desse artigo quando o *advogado exerça a sua atividade em associação, sob a forma de sociedade ou não, quer à associação quer a cada um dos seus membros*. Acontece que, como vimos, a inabilidade de depor como testemunha do advogado anteriormente constituído no processo não decorre directamente do art. 99.º, nº 1, do EOA, que regula apenas a situação inversa, ou seja, o impedimento de intervir como advogado aquele que já interveio no assunto com outra qualidade.

Aliás, e a título de esclarecimento, refira-se que tem sido jurisprudência da Ordem dos Advogados, através dos seus presidentes dos Conselhos Regionais, levantar o segredo profissional aos associados de uma sociedade de advogados para que estes deponham como testemunhas em acções intentadas por aquela para cobrança dos respectivos honorários.

Deste modo, respondendo claramente à primeira questão colocada, entendemos que o Advogado constituído como mandatário num processo judicial, mesmo após a renúncia (ad hoc) ao mandato, é inábil para depor, desde que já tenha intervindo na questão como advogado. O mesmo já não sucede com o advogado que apenas integra a sociedade de advogados em que os outros membros estejam constituídos como advogados, desde que os factos sobre as quais vai depor não estejam abrangidos pelo segredo profissional do advogado.



XII. Relativamente à segunda questão: saber se, tendo um tribunal admitido o depoimento como testemunha do advogado que se encontre nas condições descritas no enunciado da primeira questão, está impedido de valorar o depoimento assim prestado.

A questão formulada é uma pura questão de processo civil, que apenas indirectamente está relacionada com uma questão profissional do advogado. A resposta que o consulente pretende respeita ao efeito que poderá ter no processo um depoimento de uma testemunha inábil, sendo que essa resposta será igual, decorra essa inabilidade da qualidade de advogado ou de qualquer outra das causas previstas nos arts. 496.º e ss do CPC.

De todo o modo, e para que não se diga que se fugiu à questão, procuraremos afluí-la.

Quanto ao depoimento de advogado que apenas integra a sociedade de advogados em que os outros membros estejam constituídos como advogados, parece-nos que, por maioria de razão, sendo o seu depoimento como testemunha perfeitamente admissível - desde que, repita-se, os factos sobre as quais vai depor não estejam abrangidos pelo segredo profissional do advogado -, o mesmo poderá ser valorado pelo juiz da causa, com toda a liberdade de apreciação que decorre da lei. O mesmo se diga quanto ao depoimento do advogado que chegou a estar constituído como mandatário no processo judicial, mas que não interveio na questão em discussão como advogado.

Relativamente ao depoimento de advogado constituído como mandatário num processo judicial, ocorrido após a renúncia (ad hoc) ao mandato, mas que interveio na questão em discussão como advogado obviamente que a solução proposta será diferente.

Dispõe o art. 195.º, nº 1, do CPC que *“a prática de um ato que a lei não admita, bem como a omissão de um ato ou de uma formalidade que a lei prescreva, só produzem nulidade quando a lei o declare ou quando a irregularidade cometida possa influir no exame ou na decisão da causa”*. Não existe no CPC qualquer norma que comine com nulidade o depoimento como testemunha de pessoa inábil para esse efeito. Contudo, não oferece grandes



dúvidas que o depoimento de uma testemunha, a denominada “rainha das provas”, pode influir de modo determinante, até, na decisão da causa.

Assim, o depoimento como testemunha de alguém inábil para esse efeito é um acto nulo, e, como tal, caso essa nulidade seja devidamente arguida (v. arts. 199.º e 200.º do CPC), não deve aquele ser valorado pelo juiz da causa.

Em conclusão:

- 1) O advogado constituído em processo judicial regulado pelas normas do CPC não deve ser admitido a depor, nesse mesmo processo, como testemunha.
- 2) O advogado constituído em processo judicial regulado pelas normas do CPC não deve ser admitido a depor, nesse mesmo processo, como testemunha, mesmo após renúncia ao mandato ou substabelecimento sem reserva noutro advogado dos poderes que lhe foram conferidos, caso tenha tido intervenção como advogado na questão que é objecto do processo, em consonância com a redação da norma do art. 99.º, nº 1, do EOA.
- 3) O advogado que integra a sociedade de advogados em que os outros membros estejam constituídos como advogados em determinado processo judicial regulado pelas normas do CPC não está impedido de depor como testemunha nesse mesmo processo, desde que os factos sobre as quais vai depor não estejam abrangidos pelo segredo profissional do advogado.
- 4) O depoimento prestado, nas circunstâncias referidas nos pontos 1) e 2), integra uma nulidade processual, nos termos do art. 195.º do CPC.

É este, s.m.o., o meu parecer,

Braga, 02 de Abril de 2017

O Relator,
Pedro Costa Azevedo

Aprovado em sessão plenária do Conselho Geral de, 07 de Abril de 2017.